REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 37, out./dez. 2001.

## **Doutrina**

## ALÍQUOTA PROGRESSIVA DO IPTU - INCONSTITUCIONALIDADE

**Antonio Manoel Gonçalez** 

A CONSTITUIÇÃO E OS TRATADOS A INTEGRAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

**Maria Garcia** 

POR UMA REVISÃO DA TEORIA DA APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

Sergio Fernando Moro

ALGUMAS QUESTÕES JURÍDICAS RELACIONADAS À SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA COM CONEXÃO INTERNACIONAL

**Beat Walter Rechsteiner** 

COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS A PARTIR DA LEI 6.075/97: o direito à imagem de presos, vítimas e testemunhas e à liberdade de expressão e de informação

Léo Ferreira Leoncy

## A IDÉIA DE JUSTIÇA E OS DIREITOS DA PESSOA

Maria Eliza Alonso Cidin

A LEGITIMIDADE DAS VANTAGENS FISCAIS OBTIDAS POR HOLDINGS INSTALADAS EM ZONAS DE OFF-SHORE

Jamile Bergamaschine Mata Diz e Letícia Balsamão Amorim

OBRIGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE RESSARCIR O CONTRATADO QUANDO DESRESPEITADO O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NO TOCANTE À HOMOLOGAÇÃO DO REAJUSTAMENTO DAS TARIFAS

**Arnoldo Wald** 

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 37, out./dez. 2001.

A FILOSOFIA DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA PÓS-88

Paulo Roberto Barbosa Ramos

<u>CLONAGEM HUMANA: qual pessoa deve ser a medida da vida? um estudo com base em</u> artigos de periódicos e revistas alemãs

**Elisete Antoniuk** 

<u>UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A PROPRIEDADE PRIVADA (ATRAVÉS DE JOHN LOCKE)</u>

Vladimir da Rocha França

REGIME JURÍDICO DAS TELECOMUNICAÇÕES AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO

**Dinorá Adelaide Musetti Grotti** 

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E SOCIOLÓGICOS

Rafael Egídio Leal E Silva

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA BRASILEIRA

Luiz Cláudio Portinha Dias

ACESSO À JUSTIÇA E MODELO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PAPEL DA ADVOCACIA, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA MAGISTRATURA.

**Fernando Passos** 

AS DIRETIVAS DA COMUNIDADE EUROPÉIA ELEMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL

Marcílio Toscano Franca Filho

O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E O PROCESSO ADMINISTRATIVO

Samira Hamud Morato de Andrade

<u>DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL: os desafios da globalização</u>

Flávia Piovesan

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 37, out./dez. 2001.

A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO DECRETO-LEI 70/66 EM FACE DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Ubirajara Costódio Filho

<u>DIREITOS INDIVIDUAIS DISPONÍVEIS EM FACE DO SERVIÇO CENTRAL DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO LEGALIDADE DA CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELA REDE, SEMPRE QUE AUTORIZADA POR SEU TITULAR</u>

Ives Gandra da Silva Martins

ASPECTOS REGULATÓRIOS A SEREM CONSIDERADOS NA FORMULAÇÃO DE UM NOVO MODELO PARA O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto

## Jurisprudência

**Supremo Tribunal Federal** 

<u>LIMITE MÁXIMO DE IDADE. Imposição para admissão a quadro de oficiais. Inexistência de inconstitucionalidade.</u>

**Supremo Tribunal Federal** 

ESTADO DE MINAS GERAIS. §§ 1.º e 2.º do art. 162 da Constituição Estadual, com a redação que lhe deu a Emenda 31, de 30.12.1997.

**Supremo Tribunal Federal** 

EXTRADIÇÃO. Requisitos legais. Exame de provas. Não-existência de tratado. Lei alienígena mais rigorosa. Falta de processo regular. Domicílio no Brasil. Casamento e família brasileira.

Supremo Tribunal Federal

TAXA DE JUROS REAIS. Limite fixado em 12% a.a. (CF, art. 192, § 3.º). Norma constitucional de eficácia limitada. Impossibilidade de sua aplicação imediata. Necessidade da edição da lei complementar exigida pelo texto constitucional. Aplicabilidade da legislação anterior à CF/88.